

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
42ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
Vago, em razão de posse da Titular no TRT**



Lei de Criação nº 12.616, de 30-4-2012
Data da instalação: 17-12-2013
Data de Implantação do PJe: 24-3-2015

Jurisdição: Belo Horizonte.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 5-10-2020, p. 2.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 28-3-2019

Às 8 horas do dia quinze de outubro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça 42ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, situada na Rua Mato Grosso, nº 468 – 11º andar, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico a MM. Juíza do Trabalho no exercício da Titularidade da Vara, Dra. **Andréa Buttler**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Maria Aparecida Lopes Fioravanti; e os servidores Arthur Senra Jacob, Cláudia Corrêa Faria, Maria Beatriz Prates Correa da Costa Neiva, Marina Grojpen Couto, Michelle Menezes de Souza, Nelma Lemos Ferreira e Raquel Drummond de Andrade e a estagiária Bruna Araújo Betti. Ausente a servidora Tatiana dos Santos Queiroz, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 616 processos, distribuídos neste ano até o dia 5-10-2020, apurando-se a média de 3,5 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 43 cartas precatórias, dentre elas 27 executórias, até o dia 5-10-2020, das quais 26 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 557 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 240 processos foram remetidos neste ano até o dia 5-10-2020.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 10 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 11 processos com perícia designada, aguardando laudo.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 237 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 43 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 28 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), há 2 processos sobrestados já julgados, com incidentes de Repercussão Geral, pelo STF, a saber:

- 0002961-14: Tema 739: Possibilidade de recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/1997 em razão da invocação da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, sem observância da regra de reserva de plenário. (Mérito julgado 11/10/2018).

- 0000542/15: Tema 246: Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço (Mérito julgado em 30-3-2017)

Ainda, localizado o processo 0002938/14: Tema 739: Possibilidade de recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/1997 em razão da invocação da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, sem observância da regra de reserva de plenário. (Mérito julgado 11/10/2018).

Suspensos pendentes de outras ações – processos: 010543/20, 0011303/15 e 0011472/17.

- 0010670/19, 0010614/19, 0010868/19, 0010861/19 e 0010913/19: Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

- 0011066/19: Tema 1022 – Dispensa imotivada de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista admitido por concurso público.

Recomenda-se que, diante da existência de processos distribuídos que ainda pendem de solução, sejam envidados esforços para a célere prestação jurisdicional em tais casos.

Recomenda-se, ainda, que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg> , sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

A taxa de congestionamento na fase de conhecimento desta unidade, até o 2º trimestre de 2020, foi de 23,35%, segundo o Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST).

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 5-10-2020)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	43
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	107
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	8

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos audiências não designada	Processos sem audiência designada - itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão	13
-------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------	----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2015	2	5
2016	1	4
2017	3	3
2018	2	2
2019	13	1
2020 – ano de referência	137	
TOTAL	158	0,25

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de outubro até o dia 5-10):

Processo	Classe	Tarefa
0000366-53.2015.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011303-25.2015.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011936-02.2016.5.03.0180	Ação Civil Coletiva	Aguardando final do sobrestamento
0011472-33.2017.5.03.0021	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011528-74.2017.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011745-20.2017.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010392-08.2018.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010983-67.2018.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010219-72.2019.5.03.0010	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010389-07.2019.5.03.0184	Ação Trabalhista - Rito	Aguardando final do

	Ordinário	sobrestamento
0010614-39.2019.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010670-72.2019.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010727-90.2019.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010861-20.2019.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010868-12.2019.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010913-16.2019.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010930-52.2019.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011066-49.2019.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011070-86.2019.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010052-93.2020.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	231

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	7
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	81

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	3
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	341

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	8

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

A taxa de congestionamento na fase de execução desta unidade, até o 2º trimestre de 2020, foi de 49,02%, segundo o Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST).

Existem 486 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 363 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 1 processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 122 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2020 até 5-10-2020.

No ano 2019, até o dia 5-10 havia 517 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 337 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 2 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 178 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de outubro até o dia 5-10):

Processo	Classe	Tarefa
0002766-74.2014.5.03.0180	Execução Fiscal	Aguarda AIRR
0000041-78.2015.5.03.0180	Execução Fiscal	Aguarda AP
0002938-16.2014.5.03.0180	Execução Provisória em Autos Suplementares	Principal sobrestado Tema 739
0010235-40.2015.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardar 60d. Secr.Execuções s/PRE trâmite
0000054-77.2015.5.03.0180	Execução Provisória em Autos Suplementares	Aguarda decisão em AP
0010224-11.2015.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando retorno Carta Precatória – 30d
0010376-59.2015.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguarda execução em processo da 45a
0002146-62.2014.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Sobrestado – aguarda trânsito em julgado de decisão
0011444-44.2015.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Sobrestado – Aguard. Secr. De Execuções
0011312-84.2015.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Sobrestado – Central Pesquisa Patrim.2VT N.Lima
0010713-14.2016.5.03.0180	Execução de Termo de Ajuste de Conduta	Aguardando 60d. Para reserva de crédito
0001508-29.2014.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguarda recurso de revista
0001462-40.2014.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguarda AIRR
0010019-45.2016.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Vista aos executados
0000542-32.2015.5.03.0180	Execução Provisória em Autos Suplementares	Suspensão Tema 246 Aguarda AIRR

0000522-41.2015.5.03.0180	Execução Provisória em Autos Suplementares	Aguardar Trânsito em julgado da decisão
0010892-45.2016.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Determinação de bloqueio de crédito
0010426-51.2016.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Liberação de Alvará honorários periciais
0010155-42.2016.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Intimação para contrarrazões da 1ª Reclamada
0010454-19.2016.5.03.0180	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Trâmite na Central de Pesq. Patrimonial 06-02-2020

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de outubro 2020 apurado até dia 5-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	14	17
02-FEVEREIRO	36	29
03-MARÇO	19	85
04-ABRIL	21	386
05-MAIO	25	26
06-JUNHO	23	42
07-JULHO	26	23
08-AGOSTO	35	20
09-SETEMBRO	55	25
10-OUTUBRO	37	5
Totais	291	658

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
	3	1	1							
ANDRÉA BUTTLER	1	3	84	308	26	42	5	20	25	5
GISELE DE CASSIA VIEIRA DIAS MACEDO	3									
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS	10	25								
SOLAINY BELTRAO DOS SANTOS				78			18			
Totais	17	29	85	386	26	42	23	20	25	5

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 5-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	21	22
02-FEVEREIRO	49	32
03-MARÇO	43	31
04-ABRIL	33	7
05-MAIO	38	18
06-JUNHO	26	37
07-JULHO	34	17
08-AGOSTO	19	30
09-SETEMBRO	27	19
10-OUTUBRO	41	7
Totais	331	220

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 05/10/2020, existem 35 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	11
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	10
Tutelas Provisórias Pendentes	14
Total	35

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 15-10-2020 havia 9 processos:

- a) **procedimento sumaríssimo:** 3 processos;
- b) **procedimento ordinário:** 3 processos;
- c) **instrução:** 1 processo;
- d) **tentativa de conciliação na fase de execução:** 2 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010636/20, 0010543/20, 0010549/20, 0010606/20, 0010588/20, 0010634/20, 0010532/20, 0010044/20 e 0010520/20.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 5-10-2020, 74 processos físicos no total, dentre eles, não há processo migrável.

Exame dos autos dos processos do PJe: 0010561/20, 0010555/20, 0010552/20, 0010528/20, 0010475/20, 0010288/20, 0010248/20, 0010382/20, 0010511/20, 0010405/20, 0010543/20, 0011066/19, 0010284/20, 0011303/15, 0011472/17, 0010670/19, 0010614/19, 0010868/19, 0010861/19, 0010913/19, 0010422/20, 0010438/20, 0010568/20, 0010577/20, 0010179/20, 0010530/20, 0010142/20, 0010496/20, 0010357/20, 0010507/20, 0010514/20, 0010472/20, 0010501/20, 0010585/20, 0010484/20, 0010148/20, 0010615/20, 0010619/20, 0010238/20, 0010039/20, 0010298/20, 0010330/20, 0010401/20, 0010219/20, 0010491/20, 0010432/20, 0010170/20, 0010249/19, 0010203/19, 0010020/20, 0011265/16, 0010511/19, 0011323/17, 0011562/17, 0010517/19, 0010581/17, 0010079/19, 0010071/19, 0010850/16, 0010856/19, 0010513/20, 0010559/20, 0010545/20, 0010560/20, 0010576/20, 0010538/20, 0010465/20, 0010413/20, 0010344/20, 0010355/20, 0010001/19, 0010278/19 e 0010333/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se que estão em ordem.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 5 ações civis públicas em tramitação.

0010490-22.2020.5.03.0180	Audiência 29-10-20
0011676-85.2017.5.03.0180	Aguardando apreciação pela instância superior
0011628-29.2017.5.03.0180	Aguardando apreciação pela instância superior

0000303-28.2015.5.03.0180	Execução
0010214-59.2018.5.03.0180	Aguardando apreciação pela instância superior

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 6 ações civis coletivas em tramitação.

0010778-04.2019.5.03.0180	Aguardando apreciação pela instância superior
0002280-89.2014.5.03.0180	Julgado 23-9-2020
0010565-61.2020.5.03.0180	Julgado 22-9-2020
0001371-47.2014.5.03.0180	Execução
0011936-02.2016.5.03.0180	Aguarda julgamento em outro feito
0010261-62.2020.5.03.0180	Aguardando apreciação pela instância superior

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	18	18	26
Instrução processo físico	1.442	0	0
Instrução processo eletrônico	61	40	56

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	8	7	29-10-20 - 9 dias
Procedimento Ordinário	8	7	29-10-20 - 9 dias
Instrução	8	Audiência Una	9-12-20 - 41 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 5-10-2020).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	573	74

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	136	75

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	195	777
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	8	243

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de outubro 2020 apurado até dia 5-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	23	31
02-FEVEREIRO	114	115
03-MARÇO	69	67

04-ABRIL	89	5
05-MAIO	94	53
06-JUNHO	78	86
07-JULHO	83	66
08-AGOSTO	94	84
09-SETEMBRO	71	69
10-OUTUBRO	81	6
Totais	796	582

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
ANDRÉA BUTTLER	3	4	65	4	52	60	5	83	67	6
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI						26	1			
GISELE DE CASSIA VIEIRA DIAS MACEDO	4									
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS	22	86	1							
HENRIQUE MACEDO DE OLIVEIRA	2	25								
LILIAN PIOVESAN PONSSONI									2	
SOLAINY BELTRAO DOS SANTOS			1	1	1		60	1		
Totais	31	115	67	5	53	86	66	84	69	6

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2019	Média/dia útil
Julgados procedentes	78	0,34
Julgados procedentes em parte	201	0,88
Julgados improcedentes	90	0,40
Extintos com resolução de mérito	1	0,004

Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	370	1,63
Extintos sem resolução de mérito	26	0,11
Arquivamento	79	0,35
Desistência	60	0,26
Outras decisões sem exame de mérito	28	0,12
Total sem exame de mérito	193	0,85
Decisões de conhecimento	563	2,48
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	153	0,67
Decisões na fase de execução	120	0,53
Total	836	3,68

No ano de 2020, até o dia 5-10, com 175 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	5-10-2020	Média dia/útil
Julgados procedentes	63	0,36
Julgados procedentes em parte	158	0,90
Julgados improcedentes	57	0,33
Extintos com resolução de mérito	3	0,017
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	224	1,28

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em setembro de 2020, com 21 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	6	0,29
Conciliação em execução	5	0,24
Encerramento de instrução <small>Os encerramentos de instrução não são somados</small>	2	0,09
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	0	0
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	27	1,29
Una/Una (rito sumaríssimo)	72	3,43
Total	110	5,2

No mês de setembro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 13 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de outubro de 2020 apurado até dia 5-10:

	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO	9	12	4	2		1
02-FEVEREIRO	51	26	2	5	1	
03-MARÇO	37	24	1			
04-ABRIL	47	2	1		1	2
05-MAIO	35	20	1			1
06-JUNHO	35	35	3			
07-JULHO	44	23	5	2		3
08-AGOSTO	30	21	1		1	1
09-SETEMBRO	28	14	2	1	3	1
10-OUTUBRO	26	3	5		1	1
Totais	342	180	25	10	7	10

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
		1								
ANDRÉA BUTTLER	2	3	23	3	21	22		22	15	4
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI						13				
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS	13	27								
LILIAN PIOVESAN PONSSONI									1	
SOLAINY BELTRAO DOS SANTOS			1	1			28			
Totais	15	31	24	4	21	35	28	22	16	4

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 5-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	36	45
02-FEVEREIRO	144	130
03-MARÇO	119	81
04-ABRIL	135	5
05-MAIO	139	111
06-JUNHO	117	158
07-JULHO	152	106
08-AGOSTO	130	113
09-SETEMBRO	127	117
10-OUTUBRO	111	17
Totais	1210	883

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
ANDRÉA BUTTLER		11	81	5	111	91	2	113	110	17
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI						67				
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS	45	119								
LILIAN PIOVESAN PONSSONI									7	
SOLAINY BELTRAO DOS SANTOS							104			
Totais	45	130	81	5	111	158	106	113	117	17

Foram realizadas 47 audiências de 1º-10- 2020 até o dia 14-10- 2020 e designadas 71 de 15-10-2020 até do dia 30-10- 2020. No mês de novembro estão designadas 37 audiências.

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de outubro 2020 apurado até dia 5-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	736	705
02-FEVEREIRO	980	881
03-MARÇO	820	960
04-ABRIL	763	400
05-MAIO	995	769
06-JUNHO	845	937
07-JULHO	656	852
08-AGOSTO	858	747
09-SETEMBRO	908	794
10-OUTUBRO	1044	98
Totais	8605	7143

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19, de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 8h30min. As audiências semipresenciais são realizadas às quartas e sextas-feiras. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumaríssimo, para as de procedimento ordinário e para as instruções. As audiências são Unas

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara a magistrada, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantêm o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Movimentação Anual de Processos		
	2018	2019
Processos recebidos	976	992
Média por dia útil	4,3	4,4
Processos remanescentes do ano	222	87

anterior		
Sentenças anuladas	25	4
Total de processos para solução	1.223	1.083
Processos solucionados	1.152	958
Processos conciliados	445	395
Produtividade	94,19%	88,45%

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 1,63% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2019 houve uma diminuição de 5,74%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2020 até 5-10-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	174
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	582

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	582
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	618

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	173
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	595

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 5-10-2020)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	231
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	554

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	344
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	260

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 5-10-2020)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	554
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	260
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	9

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	231
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	344
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	9

Perfil da Vara do Trabalho		Belo Horizonte - 42a Vara		
Indicadores / Período de referência		Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2º trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,17	0,40	0,30
	I02 - Pendentes	687	700	676
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	40,37	44,78	53,10
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	78,47	78,40	76,02
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	343,12	546,56	598,94
	I07 - Taxa de conciliação (%)	41,23	37,84	36,08
	I08 - Taxa de solução (%)	96,04	96,85	94,15
	I13 - Taxa de execução (%)	88,81	110,11	262,21
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	18,63	21,75	23,35
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	55,06	53,81	49,02
	I11 - Produtividade por servidor	122,40	120,00	125,89
I12 - Pendentes por servidor	59,90	62,90	65,00	
Meso	Acervo	0,12	0,14	0,13
	Celeridade	0,09	0,11	0,13
	Produtividade	0,67	0,68	0,58
	Congestionamento processual	0,41	0,41	0,33
	Força de trabalho	0,46	0,47	0,44
Macro	IGEST	0,3502	0,3619	0,3209
Posição IGEST		30	32	16
Movimentação processual		1501 a 2000	1001 a 1500	1001 a 1500

FONTE: Sistema e-Gestão (dados extraídos em 05/08/2020)

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$4.893.499,33	R\$1.733.493,99

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, não há Portaria em vigor.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foi encontrado excesso de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 95,80% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

No ano 2020, até o dia 31-8-2020, o percentual alcançado foi de 88,91%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 86,05%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 108,70%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 100,90% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 31-8-2020, o percentual alcançado foi de 39,47% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 50,06%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 111,97%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 31-8-2020, o percentual alcançado foi de 91,73% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 98,43%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 40 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 24,32%, tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 31-8-2020, o tempo médio alcançado foi de 59 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 173 dias.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) inseridos na pauta os 2 processos sobrestados já julgados pelo STF com incidentes de Repercussão Geral, discriminados no item 1.7 desta Ata, e que sejam observadas, também, as informações encaminhadas pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep) periodicamente à vara, referentes a processos já julgados pelo STF, para evitar o acúmulo desses processos;

3) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;

- 4) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata, especialmente quanto ao andamento do AIRR no processo 542/2015, com Tema 246 já transitado em julgado;
- 5) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;
- 6) envidados esforços para o cumprimento da Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, tendo em vista que não foi atingida no ano 2019.
- 7) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;
- 8) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;
- 9) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);
- 10) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;
- 11) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data apazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de

magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:

A Corregedoria Regional verificou que as recomendações, então formuladas, foram observadas.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU) que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora/Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 10h50min do dia quinze de outubro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 139, publicado no DJe 5-10-2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima

Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e José Múcio Antônio Lambertucci.

Assinado de forma digital por
Maristela Iris da Silva
Malheiros:30831806
Dados: 2020.10.16 12:49:40 -03'00'

Maristela Iris da Silva Malheiros
Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

Assinado de forma digital
por MOZART SECUNDINO
DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138
Dados: 2020.10.16 12:49:40 -03'00'

MOZART SECUNDINO
DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138
Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria